



OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO NA REDE REGULAR DE ENSINO

Graciele Beier Lopes^{*}
Elaine Teresinha de Almeida Weber^{**}
Francieli Andreatta Brudna^{***}
Cristiane Schisler Monteiro Konageski^{****}

Resumo: Pensar na inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) na rede regular de ensino implica em refletirmos sobre nossas experiências e práticas pedagógicas. Falar deste tema é discorrer de questões que mexem em sentimentos como medos e inseguranças. É retirar-se do lugar até então considerado “seguro” e lançar-se para a busca, daquilo que ainda não está construído, mas que está em processo. É um desafio muito grande e uma tarefa muito difícil, mas não impossível de ser realizada.

Palavras-chave: Inclusão. Escola. Educação. Práticas.

Abstract: Thinking about inclusion of students with special needs in the regular education systems implies to reflect about our experiences and pedagogical practices. Talk about this theme is to expatiate questions than will stir the feelings and emotions such as fears and insecurities. Is step out of our comfort zone and go in search of something is not ready yet but in progressing. Is a huge challenge and a difficult task but not impossible to be done.

Keywords: Inclusion. School. Education. Practices

A escola tem o papel muito importante no desenvolvimento das crianças, cabe a ela promover o desenvolvimento pessoal, transmitir conhecimentos, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, bem como para o trabalho, mas nem sempre isso acontece infelizmente muitas crianças com necessidades especiais ainda não tem acesso à escola regular, ficando a margem desse espaço e da sociedade.

O enfrentamento a essa situação de discriminação se dá pela inclusão de todos os alunos com deficiência na escola regular. O processo de inclusão pressupõe um olhar

* Professora da rede municipal. E-mail: gracibeierlopes@hotmail.com

** Professora da rede municipal. E-mail: elaine.a.w@hotmail.com

*** Professora da rede municipal. E-mail: francibrudna@hotmail.com

**** Professora da rede municipal. E-mail: cristiane.ijui@gmail.com

diferenciado de toda a sociedade diante das diferenças humanas, considerando assim, como a principal característica do ser humano a multiplicidade e não a uniformidade ou igualdade.

A inclusão demanda da compreensão de que cada aluno com necessidades especiais ou não, é um sujeito único, singular e social. As diferenças humanas sejam elas de que ordem for, é o eixo da educação inclusiva, no momento que conseguiremos formar uma posição de entendimento e respeito frente às diferenças, conseguiremos combater as práticas pedagógicas discriminatórias. Complementando essa ideia: “o respeito, a autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros” (FREIRE, 2002, p.66).

A inclusão está baseada no respeito e na valorização às características e possibilidades de cada aluno envolvido no processo de aprendizagem. Acolher e se modificar para que sejam garantidos e respeitados os direitos dos alunos, é sem dúvida o papel da escola, que até então ainda demonstra um caráter conservador do ensino.

Contudo, ainda não se consegue conceituar a inclusão na escola regular. A dificuldade de professores é mudança das práticas pedagógicas para efetivar a inclusão. Esse conceito precisa ser debatido e construído com toda a escola, a mudança de paradigmas e concepções deve advir a esse debate, garantido a permanência dos alunos com deficiência nesse espaço.

Conforme MANTOAN:

Todos nós professores, sabemos que é preciso expulsar de nossas escolas e mesmo de fora delas e que desafios são necessários, afim de que possamos avançar progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber os “alunos que aprendem apesar da escola”. É mais fácil ainda encaminhar os alunos com dificuldades de aprendizagem – sejam deficientes ou não – para classes e as escolas especiais ou para programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. (...) (MANTOAN, 2006, p.21 e 22)

Nesse contexto o tema impôs-se pela necessidade da escola e dos professores em dar respostas eficazes à diferença de aprendizagem dos alunos, bem como criar condições para que todos participem do processo de construção do conhecimento independente de suas características particulares.

Essa pesquisa é uma busca por caminhos possíveis de mudanças significativas na prática pedagógica e na gestão da escola, tornando-as mais participativas, colaborativas e capazes de escolarizar todas as crianças. Superar os desafios da educação inclusiva é um desejo de partilhar com outros colegas que se propõem refletir a inclusão na escola regular, bem como expressar ações educativas que favoreçam o convívio com as diferenças e

aprendizagem participativa, que produz sentido para o aluno. Diante dos teóricos contemporâneos como Mantoam, Denari, Rodrigues, Freire buscou-se os saberes que nortearam o trabalho.

Assim começamos nosso diálogo refletindo sobre a Instituição Escola. Considerando que a Escola é o primeiro espaço fora do ambiente familiar que a criança tem para aprender a conviver com as outras crianças, sobre intervenções de outras pessoas, professores e demais crianças, que são fundamentais para a promoção do seu desenvolvimento, se afirma a importância desse espaço como local para promoção do avanço da criança em sua compreensão do mundo a partir do seu desenvolvimento já consolidado e tendo como meta etapas posteriores, ainda não alcançadas.

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social (VYGOTSKY, 1984, p.33).

Portanto, na perspectiva de Vygotsky, o desenvolvimento do sujeito e de sua singularidade acontece a partir das constantes interações com, o meio social no qual está inserido, sendo assim construir conhecimentos envolve uma ação partilhada, já que é por intermédio dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas.

Sendo assim a escola tem o papel muito importante no desenvolvimento das crianças, cabe a ela promover o desenvolvimento pessoal, transmitir conhecimentos, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres bem como preparar para o trabalho. Mas, nem sempre isso acontece infelizmente muitas crianças com necessidades especiais ainda não tem acesso à escola regular, ficando a margem desse espaço e da sociedade.

O enfrentamento a essa situação de segregação e discriminação se dá pela inclusão de todos deficientes na escola regular. O processo de inclusão pressupõe um olhar diferenciado de toda a sociedade diante das diferenças humanas, considerando assim, como a principal característica do ser humano a multiplicidade e não uniformidade ou igualdade.

A inclusão demanda da compreensão de que cada aluno com necessidades especiais ou não, é um sujeito único, singular ou social. As diferenças humanas sejam elas de que ordem for, é o eixo da educação inclusiva, no momento que conseguirmos formar uma posição de entendimento e respeito frente á essas diferenças, conseguiremos combater as praticas

pedagógicas discriminatórias. Complementando essa ideia: “o respeito, a autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros” (FREIRE, 2002 p.66).

A inclusão está baseada no respeito e na valorização às características e possibilidades de cada aluno envolvido no processo de aprendizagem. Acolher e se modificar para que sejam garantidos e respeitados os direitos dos alunos, é sem dúvida o papel da escola, que até então demonstra um caráter conservador de ensino.

Contudo, ainda não se consegue conceituar a inclusão na escola regular, a dificuldade de professores é notável e mudanças nas práticas pedagógicas para efetivar a inclusão, esse conceito deve ser debatido e construído com toda a escola, a mudança de paradigmas e concepções deve advir a esse debate garantindo a permanência dos alunos com deficiência nesse espaço.

A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples conferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitaria ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais educativas especiais (ROSSETO, 2005, p.44).

A educação inclusiva não é algo novo, nem uma moda pedagógica passageira que está sendo imposta. Ela é fruto de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de pessoas com deficiência e educadores no Brasil e no mundo. Também é resultado de um contexto histórico em que se recupera a educação como lugar de garantia dos direitos e exercício cidadania. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) defende uma sociedade mais justa onde valores essenciais são resgatados como igualdade de direitos e o enfrentamento a qualquer forma de discriminação. A escola que deveria promover plenamente esses direitos, infelizmente está ferindo esses direitos, tendo em vista os altos índices de exclusão escolar que coloca a margem alunos com ou sem deficiência, cada vez mais, marginalizados do processo educacional. Desde então houve muitos encontros que resultaram em importantes documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (1999) e muitos outros. Decorrente desses estudos e documentos chegou-se a conclusão de que o melhor para o aluno com deficiência e para todos os demais alunos é uma educação que respeite as individualidades de cada aluno, que ofereça alternativas pedagógicas

que atendam as necessidades educacionais de cada aluno, bem como, ofereça um ambiente e inclusivo e acolhedor, onde todos possam aprender a conviver e aprender com as diferenças.

De acordo com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca no ano de 1994, foram estabelecidas Linhas de Ações sobre princípios, políticas e prática, em Educação Especial.

O princípio fundamental dessa Linha de Ação é de que as escolas devem acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguística ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças com superdotação, crianças de rua e crianças que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Linha de Ação, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas as crianças ou jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou dificuldades de aprendizagem. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.4).

Muitas leis municipais e estaduais foram feitas para defender os direitos das pessoas com deficiências, todas inspiradas na Constituição Federal de 1998, que determina que todo aluno com deficiência tenha direito e deve receber na escola regular todo o atendimento específico que precisar.

O desafio é concretizar essas leis, apesar delas existirem e garantir os direitos dos alunos com deficiência, muitos deles ainda estão fora da escola. Oferecer uma educação de qualidade para todos é essencial para que realmente a educação seja inclusiva.

Em meio a inúmeras discussões sobre a educação inclusiva, na realidade das escolas ela tornou-se controversa por diferentes razões. Uma dessas razões é a contradição do que a Lei assegura e a prática nas escolas. O discurso sobre a inclusão mais parece ser um programa político vindo do sentido vertical ao encontro dos professores, quase inatingível do que uma possibilidade de ser realizada na escola. A legislação e o discurso dos professores tornaram-se rapidamente inclusivos, mas as práticas na escola revelam que o processo é muito discreto e está andando lentamente. É muito frequente percebermos a resistência dos professores e direções, manifestadas nas queixas, nos questionamentos e na expectativa de soluções mágicas de aplicação imediata, as quais infelizmente não existem, pois cada aluno com necessidades especiais ou não, é um sujeito único e que não tem manual de instrução. Uma situação corriqueira é a necessidade que os professores e a escola em si tem dos profissionais da saúde, a avaliação e o tratamento clínico são muito valorizados e sobressaindo ao pedagógico que fica esquecido. Só diagnosticar a deficiência parece uma falsa solução. É

necessário procurar alternativas para promover a aprendizagem. Essa realidade desperta grande frustração nos professores que se sentem desvalorizados e incapazes de dar conta dos alunos “diferentes”, os quais são considerados doentes e precisam de tratamento especializado, eles são matriculados nas escolas, mas continuam excluídos do processo de ensino – aprendizagem. A função do professor é com a aprendizagem dos alunos, mas é evidente que grande parte deles, julga-se despreparados para realizar tal feito. Muitas são as falas ditas sem reflexão, que demonstram o medo da diferença. Esse diálogo às vezes carregado de estigmas que expõe a angústia dos professores e suas limitações frente as mudanças do fazer pedagógico, que requer o pensar do modo de ensinar, de avaliar, de se relacionar com o aluno. O apoio aos professores é essencial ao sucesso do processo de inclusão.

Em contraponto a ordem definida como igualdade em que sentimo-nos mais confortáveis quando todos se assemelham em uma turma, surge a necessidade de reavaliar e inovar a prática pedagógica do professor incorporando o princípio da diversidade na educação. Precisamos conter com essa ordem preconceituosa, que exclui o aluno “diferente”, com uma nova orientação e formação que priorize a questão da diversidade.

Se o professor atribui as dificuldades ou fracassos desses alunos à própria criança ou à família, e não à escola ou a sua história educacional, é mais difícil que se veja a importância de se modificar as condições em que o aluno está aprendendo. Somente a partir da conscientização de que a escola é, em grande parte, responsável pelas limitações ou progressos dos alunos com necessidades especiais é que será possível uma reflexão que conduza a uma reavaliação do que lhes é ensinado e como lhes é ensinado nos centros educacionais regulares. (...) que o professor avalie, de forma positiva, uma forma diferenciada e adaptada a seus alunos, e que encontre os apoios, meios e instrumentos de formação para que, sua prática profissional seja satisfatória (COLL, 1995, p. 20).

Entendemos que o paradigma da inclusão implica na reestruturação do sistema de ensino, a partir do desenvolvimento de programas de formação para a qualificação dos professores que promovam a aquisição de novas competências de ensino favoráveis à educação inclusiva. Cabe ressaltar também, que a qualificação não pode se restringir apenas a mera transmissão de conhecimentos, mas sim, trabalhar as resistências inerentes a cada professor. Criar espaços para que se possa ouvir, debater refletir, dividir angústias e medos, socializar conhecimentos, são ações que irão ajudar o professor a se apropriar do processo de inclusão. O professor é a peça fundamental para que de fato aconteça a inclusão e a garantia de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais na escola regular.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização, de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Considerações finais

A escola em que trabalhamos e vivemos grande parte de nossa vida, ainda está longe de cumprir todas as prerrogativas da inclusão, mas há um caminho a trilhar, na construção de uma sociedade em que a justiça, o respeito pelo outro e a igualdade sejam grandes princípios de ser e estar consigo e com os outros. Um novo olhar e um outro sentir em relação a diversidade humana são posicionamentos comprometidos de uma verdadeira escola inclusiva, que deve ser para todos.

Referências

COLL, C. **As necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à prática educativa**. 24 edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIL, Marta. **Educação Inclusiva: O que o professor tem a ver com isso?** São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.pdf> Acesso em: 03 Nov. 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MEC – Ministério de Educação – Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial, Brasília MEC - SEEDSP 1994.

ROSSETO, M.C. Falar de Inclusão... Falar de que sujeitos? In: LEBEDEFF, T.B. PEREIRA, I.L. e S. **Educação especial – olhares interdisciplinares**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.